
A NORMATIZAÇÃO DO FEMININO EM *ORGULHO E PRECONCEITO*

The Normalization of Femininity in *Pride and Prejudice*

Daniel Puglia¹

Nara Luiza do Amaral Dias²

RESUMO: Jane Austen escreveu em um contexto de mudanças econômicas e sociais que tiveram um impacto visível sobre a vida da mulher no mundo ocidental: o período de ascensão da burguesia. Esse fenômeno teve como uma de suas consequências a consolidação da divisão social de tarefas entre gêneros e a identificação da mulher com a vida privada. Disso resultou uma educação da mulher com foco cada vez mais centrado no desenvolvimento de habilidades voltadas ao lar e ao entretenimento masculino: cantar, pintar, bordar, etc. Assim, este artigo visa mostrar como a protagonista de *Orgulho e preconceito*, Elizabeth Bennet, desafia a norma de comportamento imposta ao seu gênero. Por meio do desenvolvimento da personagem no âmbito da inteligência, Austen parece se aproximar de uma das primeiras reivindicações femininas organizadas: a de que mulheres eram “criaturas racionais”, cuja inteligência deveria ser respeitada.

PALAVRAS-CHAVE: Jane Austen; *Orgulho e Preconceito*; Estudos de gênero.

ABSTRACT: Jane Austen wrote in a context of economic and social changes that had a visible impact on the life of women in the Western world with regard to the period of the rise of the bourgeoisie. This phenomenon had as one of its consequences the consolidation of the social division of tasks between genders and the identification of women with private life. This resulted in an education of women focused more and more on the development of skills aimed at the home and male entertainment such as singing, painting, embroidering and more. Thus, this article will show how the protagonist of *Pride and Prejudice*, Elizabeth Bennet, defies the behaviour norms imposed on her gender. Through the development of the character in the realm of intelligence, Austen seems to echo one of the earliest organized feminine claims that women were “rational creatures”, and whose intelligence should be respected.

KEYWORDS: Jane Austen; *Pride and Prejudice*; Gender studies.

¹Docente da área de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Universidade de São Paulo.

²Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Quando Jane Austen publicou seus romances no início do século XIX, a Inglaterra vivenciava o fortalecimento da ascensão da burguesia. Essa nova classe social iria competir com a aristocracia usando seu poderio econômico para conquistar um poder político e social até então exclusivo da nobreza.

Não bastava, porém, ser rico e poderoso sem ter o reconhecimento dos demais membros da sociedade, tanto dos iguais quanto daqueles hierarquicamente vistos como superiores. Na busca por essa comparação (ou mesmo imitação) da aristocracia britânica, a burguesia vai passar a adotar costumes, modas e estilos de vida que a fizessem parecer, e não somente ser, abastada.

Isso trouxe conseqüências diretas às mulheres burguesas, que veriam suas vidas — tanto a pública, quanto a privada — controladas pelos homens legalmente responsáveis por elas. Em busca da aparência de riqueza, a mulher não poderia trabalhar. Em busca da aparência de nobreza, a mulher deveria ser prendada. E para conquistar os grandes casamentos, que por sangue e patrimônio traziam benesses à família, a mulher precisou seguir rígidos padrões de comportamento: desde os hábitos de vestimenta até os preceitos da conduta moral, sua existência teve de ser moldada e controlada. Viu-se, assim, atrelada a uma normatização de seu próprio ser, a uma delimitação específica de seu gênero.

Mas quais seriam estas regras impostas às mulheres? A análise da obra de Jane Austen, mais especificamente *Orgulho e preconceito*³, publicado em 1813, permite adentrar o universo feminino da Inglaterra no tempo em que viviam as personagens. A seguir veremos como a protagonista do livro, Elizabeth Bennet, lida com a normatização feminina da época em questão e como seu comportamento tem encontros e desencontros com o das outras personagens da trama, o que consubstancia um retrato ao mesmo tempo fiel e crítico, uma faceta particular daquilo que Jane Austen desenhou como o universo social permitido às mulheres.

³As citações de *Pride and prejudice* [*Orgulho e preconceito*] utilizadas neste artigo serão extraídas das seguintes edições: para o original em inglês — AUSTEN, Jane. *Pride and prejudice: an annotated edition*. Editado por Patricia Meyer Spacks. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2010 (indicada por “PP, 2010”); para traduções — AUSTEN, Jane. *Orgulho e preconceito*. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011 (indicada por “OP, 2011”).

Jane Austen escreveu no chamado “longo século XVIII”, um período que começou com a Revolução Gloriosa, em 1688 (encerrando uma época de luta política e religiosa), e terminou em 1832, com a aprovação do primeiro dos *Reform Bills* oitocentistas pelo parlamento inglês. Com a aprovação da reforma, os grandes proprietários tiveram permissão de votar, conquistando apenas naquele ano um poder político que antes lhes era negado (IRVINE, 2005, p. 5).

Nesse contexto, a sociedade inglesa era dividida política e socialmente entre três grupos: “aristocracy, gentry and everyone else”⁴ (IRVINE, 2005, p. 5), sendo que um entendimento preciso do local que se ocupava na hierarquia social era importante e todos na Inglaterra deveriam estar conscientes dele.

Existia alguma mobilidade entre os que pertenciam à *gentry* e a outros grupos sociais, por exemplo advogados, clérigos e oficiais militares; e essa movimentação era vista com certo teor de normalidade. Contudo, as bases determinantes e primordiais nesse intrincado jogo social seriam as relações que as famílias conseguissem manter. De acordo com Irvine, a identidade social de uma família era definida especialmente pelas conexões desta com aqueles superiores ou inferiores a ela na escala hierárquica; ou seja, importava “[...] from whom one could ask favours or to whom one could grant them [...]”⁵ (IRVINE, 2005, p. 6).

Ainda segundo Irvine (2005, p. 5), Austen escreveu em um período em que a Inglaterra vivia ao mesmo tempo dois modelos de estruturação social e política: uma ordem tradicional, com arraigadas raízes históricas, e outra mais dinâmica, relacionada às progressivas modificações na economia. Essas mudanças irão promover um aspecto em especial para a diferenciação dos papéis sociais: o gênero. Assim, durante o longo século XVIII, o lugar da mulher na sociedade inglesa foi sendo modificado, e um dos motivos para isso é a ocorrência cada vez mais evidente da separação entre atividades propriamente masculinas e femininas.

The wives and daughters of prosperous farmers, merchants and artisans became “physically isolated” from the world of public business (Hill 1989: 51) and thus lost the prestige and authority that came from contributing to family finances and the local

⁴“aristocracia, pequena nobreza e o restante” (idem, p. 5, tradução livre).

⁵ “para quem alguém poderia pedir favores, ou para quem alguém poderia concedê-los” (idem, p. 6, tradução livre).

economy. At the same time, the very prosperity of the family enterprises removed the need for them to work in the first place. A division opened up among the ‘middling sort’ between a public world of work, now exclusively male, and a private world of the home and of leisure to which the women were confined. And through this domesticity of their women, the middling sort could claim a share in the culture of their social superiors in the gentry. Whose women of course had never worked.⁶ (IRVINE, 2005, p. 7).

Nesse sentido, Gayle Rubin (1986), com base em *A família*, de Lévy-Strauss, indica a simetria do gênero, ou a divisão sexual do trabalho, como a origem da construção da própria noção de gênero. Sempre houve divisão do trabalho nas sociedades humanas, mas é necessário considerar quando essas divisões tiveram origem e como foram estabelecidas. A autora afirma que a atribuição de determinada tarefa a um ou a outro sexo varia tanto que há registros de culturas nas quais a mulher era caçadora e guerreira e o homem cuidava das crianças (algo completamente oposto ao que estamos acostumados).

Seguindo os pressupostos de Lévy-Strauss, Rubin assinala que a divisão do trabalho de acordo com o sexo não se trata de uma especialização de natureza biológica, mas tem como finalidade garantir a união de homens e mulheres, numa situação de interdependência. Rubin (1986, p. 27) considera essa divisão um “tabu” que age para separar e exagerar “as diferenças biológicas entre os sexos e que, portanto, cria o gênero”.

Seria nesse sentido que, no decorrer do século XVIII, vemos surgir o que Irvine chama de um novo conjunto de regras e valores sociais que são compartilhados pelos indivíduos com mais posses e pelos proprietários de terras. Talvez possamos sugerir que, de certo modo, isso sustenta aquilo que Foucault diz ser o “discurso sobre a repressão moderna do sexo”. Para ele, a origem da Idade da Repressão está localizada no século XVII, coincidindo com o desenvolvimento do capitalismo e surgimento da burguesia.

⁶“As esposas e filhas de prósperos agricultores, comerciantes e artesãos tornaram-se “fisicamente isoladas” do mundo dos negócios públicos (Hill, 1989: 51) e, assim, perderam o prestígio e autoridade que vinham da contribuição para as finanças da família e da economia local. Ao mesmo tempo, a própria prosperidade dos negócios da família eliminou a necessidade de elas trabalharem em primeiro lugar. Uma divisão se abriu na “classe média” entre um mundo público do trabalho, agora exclusivamente masculino, e um mundo privado da casa e do lazer, ao qual as mulheres estavam confinadas. E por meio dessa domesticidade de suas mulheres, a classe média poderia reivindicar uma parte da cultura de seus superiores sociais na pequena nobreza — cujas mulheres, é claro, nunca tinham trabalhado” (IRVINE, 2005, p. 7, tradução livre).

Se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir? (FOUCAULT, 1988, p. 10).

É claro que isso está muito mais voltado à classe operária, sendo que a ostentação da riqueza da nova classe iria se concentrar exatamente no ócio feminino e no aproveitamento dos prazeres, dentro do que permitiam as regras de decoro. Além disso, há divergências a respeito dessa teoria que aproxima a divisão do trabalho da teoria de gênero. Para Joan Scott, “os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero”, aparecendo de maneira incômoda em sistemas de diversos matizes, o que faz com que ela complemente seu raciocínio: “[...] de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo” (1990, p. 9).

Na visão dessa autora, seriam limitadas tanto as teorias marxistas, que explicam as questões de gênero pela divisão social do trabalho, quanto as tentativas da psicanálise, que explicam essas questões a partir da criação da identidade do sujeito. Scott explica que, “para os lacanianos, o subconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito; ademais, é o lugar de emergência da divisão sexual e, por esta razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito sexuado” (1990, p. 11). De acordo com a autora, essa interpretação sugere que o sujeito está em permanente construção e “se a maneira pela qual ‘o sujeito’ é construído permanece aberta, a teoria tende a universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino” (1990, p. 12). Assim, a origem dessas disposições sociais de gênero não seria tão clara, sendo necessário levar em consideração uma série de fatores que contribuíram tanto para a construção da identidade do sujeito em si, quanto para o estabelecimento da ordem social em que estamos inseridos, no que se refere à família, ao sistema econômico e ao político.

No entanto, Scott admite que “[...] a mudança nas relações de gênero pode se produzir a partir de considerações sobre as necessidades de Estado”, o que não deixa de ser uma concessão da autora às interpretações que enfatizam a importância dos fatores socioeconômicos (1990, p. 17). Assim, e falando especificamente do contexto histórico do século XVIII e do que ele representou para esse sistema complexo, temos a explicação de Gilda de Mello e Souza (1987) de que, a partir do desenvolvimento da indústria, as

mulheres deixaram de ser responsáveis por atividades que antes eram realizadas na esfera privada. Como as cidades proporcionavam mais facilidade de produção e consumo, o pão e as roupas, por exemplo, passaram a ser adquiridos nos centros urbanos, o que por um lado criou uma “especialização de funções” e novos postos de trabalho, ocupados por homens e mulheres proletarizados. Por outro lado, “de um momento para outro, a mulher burguesa viu-se mais ou menos sem ter o que fazer, e seu único objetivo — transformando-se em grupo dependente — era casar”. Essa nova função trouxe também toda uma forma de educação feminina que se voltou para o “jogo da competição sexual”: para conquistar um marido, meninas e moças aprendiam habilidades que serviriam à atração, como música e canto, e regras de comportamento (1987, p. 89).

Para Mello e Souza, se ainda hoje, depois de tantas conquistas femininas, a mulher se move como estranha num mundo feito por homens, “naquela época era, na verdade, a prisioneira submissa de um universo que, incomunicável, não suspeitava o fluir de sua alma subterrânea” (1987, p. 99).

A NORMATIZAÇÃO DO SER MULHER

O conceito de gênero não é tão facilmente desenvolvido como se pode pensar. Scott explica que as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” como uma maneira “de se referir à organização social da relação entre os sexos” (1990, p. 5). A autora ainda frisa que essa palavra passou a indicar uma rejeição ao determinismo biológico das distinções baseadas no sexo — ao contrário, a palavra *gênero* expressa o que muitos autores, como Foucault, Butler e Simone de Beauvoir, acreditavam, ou seja, o caráter fundamentalmente social das distinções entre o masculino e o feminino.

A partir disso, Scott questiona: “Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?”. Uma resposta possível a essas perguntas seria entender gênero como “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres [...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (1990, p. 7). Em complemento a isso, procurando abarcar inúmeras dimensões comumente vistas como determinantes e quase inescapáveis, que funcionariam como parâmetros intransponíveis, Judith Butler salienta que:

Gender is not exactly what one “is” nor is precisely what one “has”. Gender is the apparatus by which the production and

normalization of masculine and feminine take place along the interstitial forms of hormonal, chromosomal, psychic, and performative that gender assumes. (BUTLER, 2004, p. 42).⁷

Assim, para Butler gênero é, antes de tudo, um mecanismo. Esse mecanismo demanda (e ao mesmo tempo institui) um regime próprio, regulador e disciplinante. Essa é a “norma”, que Butler esclarece não ser o mesmo que “regra”, tampouco o mesmo que “lei”. Para a autora, a norma opera dentro de práticas sociais como um padrão implícito de “normatização”. Assim, o gênero, como uma norma que aparenta ser independente das práticas que ela regulamenta, tem seu formato ideal num efeito reestabelecido dessas mesmas práticas. “This suggests not only that the relation between practices and the idealizations under which they work is contingent, but that the very idealization can be brought into question and crisis, potentially undergoing deidealization and divestiture”⁸ (2004, p. 48). Para Butler, portanto, a distância entre a idealização de gênero e suas concretizações naturalizadas é a mesma distância que há entre uma norma e sua incorporação.

Nesse ponto, vale lembrar: para Foucault as normatizações não são forçadas conscientemente pela sociedade com algum propósito específico e predeterminado, mas surgem de um movimento social natural, fruto da necessidade de alguns de ascender ao poder. A progressão desse movimento e a consequente unanimidade na crença de que essas regras devem ser inquestionáveis levam à gradual consolidação da norma.

É interessante perceber como o novo padrão moral e de comportamento que surgiu no contexto de ascensão da burguesia, adotado pelas pessoas consideradas “educadas”, foi impulsionado pelo surgimento das novas tecnologias de impressão, que possibilitaram a produção e a divulgação mais rápidas de cultura (IRVINE, 2005, p. 8). O que muito provavelmente contribuiu para a consolidação da norma dentro do movimento explicado por Foucault. Mello e Souza (1987, p. 91) aponta, inclusive, diversos livros que foram publicados à época para ensinar padrões de comportamento às mulheres. Eles incluíam orientações sobre como

⁷“Gênero não é exatamente o que alguém ‘é’, nem é precisamente o que alguém ‘tem’. Gênero é o mecanismo pelo qual a produção e normalização do masculino e do feminino acontecem ao longo das formas intersticiais hormonal, cromossômica, psíquica e performática que o gênero assume” (BUTLER, 2004, p. 42, tradução livre).

⁸“Isso sugere não só que a relação entre práticas e as idealizações em que elas trabalham é contingente, mas que a própria idealização pode ser posta em questão e crise, e potencialmente sofrer *desidealização* e abandono” (BUTLER, 2004, p. 48, tradução livre).

mulheres deveriam ou não aceitar a corte de homens, qual a proximidade adequada ou quando elas deveriam pedir ajuda com tarefas corriqueiras.

Irvine (2005, p. 8) argumenta que esses livros enfatizavam a necessidade de as moças sempre parecerem submissas às vontades do homem, sem se importar com suas próprias necessidades. Isso era frequentemente entendido como “modéstia”. “However, such literature by its very nature describes not how young women of the middle ranks behaved, but how somebody thought they ought to behave”⁹ (VICKERY, 1998 apud IRVINE, 2005, p. 8).

É claro que em um contexto no qual a mulher burguesa tinha como único objetivo o casamento, sendo que outros caminhos se fechavam cada vez mais a ela, a função desses livros era o desenvolvimento da “arte da sedução”. Segundo Mello e Souza (1987, p. 91), trata-se de um jogo de uma classe que estava em processo de formação, cujos costumes ainda não tinham se consolidado; por isso a importância, à época, dos “livros de boas maneiras” (1987, p. 91). Sobre esse rígido padrão de conduta das mulheres, porém, a autora salienta que um “bloqueio de seres” nunca é universal, e que “a sociedade deixa sempre certas frinchas por onde entra um pouco de luz e os impulsos se comunicam com o mundo” (1987, p. 99).

Nesse sentido, quando analisamos a obra de Austen, podemos perceber como a autora não era indiferente nem aos costumes, nem aos pontos de escape a que se refere Mello e Souza. Padrões de comportamento são discutidos em mais de um ponto no romance, e a conduta das personagens está sempre sob análise; mas a heroína da narrativa parece, até certo ponto, receber permissão para driblar as regras e escapar por algumas brechas de luz.

O REFLEXO DA NORMATIZAÇÃO EM *ÓRGULHO E PRECONCEITO*

Como se sabe, um dos talentos literários mais apreciados em Jane Austen foi sua capacidade de transcrever para o papel traços sociais de forma bastante fidedigna. John Hardy (1984, p. XI) assinala que mesmo que o “leitor moderno insensível” mostre irritação pelos romances de Austen, aparentemente por causa de um conjunto “irrelevante de convenções antiquadas”, o leitor perspicaz “can surely be encouraged to see what these

⁹“No entanto, essa literatura por sua própria natureza não descrevia como a jovem mulher da classe média se comportava, mas como alguém imaginava que ela deveria se portar” (VICKERY, 1998 apud IRVINE, 2005 p. 8, tradução livre).

became a back-ground or vehicle for — almost a unique insight into what is of central importance in human relationships”¹⁰.

Em vários momentos da obra de Austen, o debate sobre quais assuntos deveriam ser abordados na educação feminina se apresenta. De acordo com Miss Caroline Bingley, por exemplo, a lista de exigências para uma mulher ser bem recomendada era extensa. Quando seu irmão, Mr. Bingley, admirado, diz que “it is amazing [...] how young ladies can have patience to be so very accomplished, as they all are”¹¹, Caroline replica:

"All young ladies accomplished! My dear Charles, what do you mean?"

"Yes, all of them, I think. They all paint tables, cover skreens and net purses. I scarcely know any one who cannot do all this, and I am sure I never heard a young lady spoken of for the first time, without being informed that she was very accomplished."

"Your list of the common extent of accomplishments," said Darcy, "has too much truth. The word is applied to many a woman who deserves it no otherwise than by netting a purse, or covering a skreen. But I am very far from agreeing with you in your estimation of ladies in general. I cannot boast of knowing more than half a dozen, in the whole range of my acquaintance, that are really accomplished."

"Nor I, I am sure," said Miss Bingley.

"Then," observed Elizabeth, "you must comprehend a great deal in your idea of an accomplished woman."

"Yes; I do comprehend a great deal in it."

"Oh! certainly," cried his faithful assistant, "no one can be really esteemed accomplished, who does not greatly surpass what is usually met with. A woman must have a thorough knowledge of music, singing, drawing, dancing, and the modern languages, to deserve the word; and besides all this, she must possess a certain something in her air and manner of walking, the tone of her voice, her address and expressions, or the word will be but half deserved." (PP, 2010, p. 73-74)¹².

¹⁰ “pode certamente ser encorajado a ver que estes se tornaram um pano de fundo ou veículo para — quase uma perspectiva única sobre aquilo que é de importância central nas relações humanas” (HARDY, 1984, p. XI).

¹¹ “Fico impressionado [...] que as moças tenham paciência para se tornar tão prenyadas como todas elas são.” (OP, 2011, p. 143).

¹² “Todas as moças? Meu querido Charles, como assim?”

Mr. Bingley, então, acredita que todas as moças são prendadas por saber o que Mr. Darcy chama de *common extent of accomplishments*, ou seja, *paint tables, cover skreens and net purses* — como vimos, atividades consideradas comuns para mulheres “educadas”, da classe média e da *gentry*.

A partir desse ponto, uma palavra importante no diálogo é *all* (todas), pela relativização do significado que irá assumir nos discursos seguintes de Mr. Bingley e Mr. Darcy. Como *todas* as mulheres sabiam fazer o mesmo, é natural que o bondoso Mr. Bingley considere *todas* habilidosas; mas também é esperado que Mr. Darcy, mais exigente, busque diferenciar algumas de suas conhecidas das *ladies in general*. Este é, na verdade, um argumento muito racional de Mr. Darcy: se todas as mulheres eram de um jeito, a verdadeira distinção vem de um algo a mais — vem da superação de todas as habilidades comuns.

Miss Bingley, nesse momento, busca se alinhar às ideias de Darcy e faz uma lista: a mulher realmente prendada deve saber *music, singing, drawing, dancing, and the modern languages*. Ao contrário da aristocrática Lady Catherine, que poderia detectar nessas habilidades indícios de atividades ligadas à classe trabalhadora, Miss Bingley, de uma família burguesa ainda sem terras, foi ensinada a agir assim e acredita que esses conhecimentos tornariam a mulher uma companhia agradável ao marido. Por meio de seu discurso Miss Bingley busca se autorrecomendar a Mr. Darcy, mostrando como estava preparada para a vida doméstica no que se refere aos dotes femininos que livros de conduta indicavam como apropriados. Quando complementa a ideia (*...besides all this, she must possess a certain something in her air and manner of walking, the tone of her voice, her address and*

‘Sim, todas elas, penso eu. Todas pintam, bordam e tricotam. Creio não conhecer uma única moça que não faça tudo isso, e garanto que nunca ouvi ninguém se referir pela primeira vez a uma delas sem dizer que é muito prendada.’

‘Sua lista dos talentos comuns de uma moça prendada’, disse Darcy, ‘é bastante verdadeira. O adjetivo é aplicado a muitas mulheres que o merecem apenas por saber tricotar ou bordar. Mas não concordo nem um pouco com você em relação às moças em geral. Não arrisco dizer que conheça mais do que meia dúzia, entre todas as minhas conhecidas, que sejam realmente talentosas.’

‘Nem eu, tenho certeza’, disse a senhorita Bingley.

‘Então’, observou Elizabeth, ‘a sua ideia de uma mulher de talento deve abarcar muita coisa.’

‘Sim, abarca muita coisa.’

‘Oh! Certamente’, exclamou sua fiel assistente, ‘nenhuma de nós pode ser considerada talentosa se não for muito além do que geralmente se vê por aí. Uma mulher deve ter um amplo conhecimento da música, do canto, do desenho e das línguas modernas para merecer tal qualificação; e, além de tudo isso, deve possuir certo quê em seu comportamento, seu modo de andar, seu tom de voz, sua entonação e suas expressões, ou o adjetivo só valerá pela metade.’” (OP, 2011, p. 143-144).

expressions, or the word will be but half deserved), ela quer, na verdade, incluir-se entre as seis mulheres prendadas que Darcy julga conhecer.

É certo, porém, que nenhuma norma vigente será integralmente cumprida por todas as pessoas, de qualquer gênero ou classe. Como vimos anteriormente, Butler explica que o gênero terá seu formato ideal dentro de um contexto controlado de práticas sociais. As normas estipuladas para coerção e controle sofrem a resistência das pessoas em sua vivência cotidiana. Isso acaba sendo fundamental e pode ter efeito emancipador sobre o arbítrio imposto, abrindo eventualmente caminho para que as normas sejam criticadas, diluídas ou até mesmo abandonadas. Levando esse aspecto em consideração, talvez possamos observar que traços narrativos presentes na obra de Austen acabam por revelar essas contradições entre as normas e suas efetivas incorporações. Para ilustrar esse ponto, podemos sugerir o quanto essas contradições parecem ficar particularmente evidentes no desenvolvimento da personagem Elizabeth Bennet: talvez ela seja uma das mais genuínas representantes do distanciamento entre a norma e a realidade. Enquanto ela adquire certas liberdades no desenrolar da trama, se afastando do ideal feminino construído, não deixa por isso de ser mulher — ao mesmo tempo em que se torna uma das mais complexas e admiradas personagens dentre as construídas por Jane Austen.

De acordo com Barbara J. Horwitz (1991), os escritores que dissertavam sobre a educação feminina já partiam do princípio de que o “trabalho” da mulher era o casamento e a maternidade, de modo que a educação que propunham devia treiná-la para fazer bem esse trabalho. Horwitz lembra ainda que esse conceito de vocação feminina para o privado, que demandaria o treinamento nas artes domésticas, continuou inalterado por centenas de anos — duas das poucas vozes que teriam contestado com mais força esse quadro, segundo a autora, foram as de Mary Wollstonecraft, em *A vindication of the rights of women* (1792), e Mary Hays, em *An appeal to the men of Great Britain on behalf of the women* (1798).

A estratégia de contestação de Wollstonecraft é, inclusive, muito interessante. Em seu ataque à educação recebida pelas mulheres de sua época, a autora tinha como argumento principal a tese de que, se a mulher fosse bem ensinada intelectualmente, ela se tornaria uma companheira mais adequada e interessante ao homem do que era ao aprender apenas habilidades que o distraíssem. Se ela realmente acreditava nesse argumento, ou apenas o considerava uma base segura de onde partir, seria difícil saber com certeza. No entanto, ao longo do seu livro vemos como Wollstonecraft conecta sempre a fraqueza intelectual com a fraqueza física das mulheres.

The conduct and manners of women, in fact, evidently prove, that their minds are not in a healthy state; for, like the flowers that are planted in too rich a soil, strength and usefulness are sacrificed to beauty; and the flaunting leaves, after having pleased a fastidious eye, fade, disregarded on the stalk, long before the season when they ought to have arrived at maturity. One cause of this barren blooming I attribute to a false system of education, gathered from the books written on this subject by men, who, considering females rather as women than human creatures, have been more anxious to make them alluring mistresses than rational wives; and the understanding of the sex has been so bubbled by this specious homage, that the civilized women of the present century, with a few exceptions, are only anxious to inspire love, when they ought to cherish a nobler ambition, and by their abilities and virtues exact respect.¹³ (WOLLSTONECRAFT, introduction).

Este é um movimento dialético interessante, pois a ideia em voga era que a mulher era frágil demais para ser educada ou para trabalhar — de fato, relegada à esfera privada, a mulher será cada vez mais confundida com um ser frágil e irracional —, mas Wollstonecraft, indo na direção contrária, defende que a mulher, por não receber educação, torna-se fraca.

Tendo isso em mente, e retornando às personagens de Austen, podemos perceber como Mr. Darcy adota uma posição de pendor progressista no diálogo que trava com os Bingley e Elizabeth. Quando Miss Bingley busca recomendar-se a ele e tenta alinhar-se ao seu discurso, ela acrescenta às habilidades que estavam sendo discutidas (*paint tables, cover skreens and net purses*) os conhecimentos em *music, singing, drawing, dancing, and the modern languages* — ou seja, ela apenas ampliou as características dentro de um mesmo escopo: da educação para agradar.

¹³“A conduta e as maneiras das mulheres, de fato, evidentemente provam que suas mentes não estão em um estado saudável; pois, como nas flores que são plantadas em um solo muito rico, força e utilidade são sacrificados pela beleza; e as folhas ostensivas, depois de terem agradado um olhar metucioso, murcham, desconsideradas no talo, muito antes da época em que deveriam ter chegado à maturidade. Uma das causas desta floração estéril eu atribuo a um falso sistema de educação, recolhido a partir dos livros escritos sobre o assunto por homens, que, considerando o outro gênero como mulheres em vez de criaturas humanas, têm sido mais ansiosos para fazer delas amantes sedutoras em vez de esposas racionais; e a compreensão do sexo tem sido tão inflada por esta homenagem especiosa [ilusória], que as mulheres civilizadas do século atual, com algumas exceções, apenas anseiam por inspirar amor, quando deveriam valorizar uma ambição mais nobre e, por suas habilidades e virtudes, exigir respeito” (WOLLSTONECRAFT, introdução, tradução livre).

Mr. Darcy, então, continua: “‘All this she must possess’, added Darcy, ‘and to all this she must yet add something more substantial, in the improvement of her mind by extensive reading’” (PP, 2011, p. 74)¹⁴. *All this*, diz Darcy. Assim como Mr. Bingley usou o *all* em benefício de todas as mulheres, Mr. Darcy impacientemente engloba todo o discurso de sua “assistente” e todas as habilidades discutidas anteriormente no *all this*, mostrando que não há diferenças até então. Assim, do seu ponto de vista, o grande diferencial será o que ele recomenda a seguir como mais substancial na mulher: *the improvement of her mind by extensive reading*.

Aqui o leitor atento percebe como a observação de Mr. Darcy reveste Elizabeth de uma conotação positiva; isso porque, no diálogo anterior, a moça choca Mr. Hurst ao dizer que preferiria ler a jogar cartas:

“Do you prefer reading to cards?” said he; “that is rather singular.”

“Miss Eliza Bennet,” said Miss Bingley, “despises cards. She is a great reader, and has no pleasure in anything else.”

“I deserve neither praise nor such censure,” cried Elizabeth; “I am not a great reader, and I have pleasure in many things.”¹⁵ (PP, 2010, p. 71).

Mr. Hurst diz que a atitude de Miss Elizabeth *is rather singular* (isso nos remete ao que Lady Catherine declara em Rosings, quando recebe a informação de que nenhuma das irmãs Bennet desenhava: *that is very strange*). Ao longo do romance, diversos detalhes apontam para o fato de que Elizabeth é uma personagem “estranha”, ou, nas palavras mais delicadas de Mr. Hurst, “singular”. A questão é exatamente o que torna Elizabeth diferente.

Rachel Brownstein explica que *Orgulho e preconceito* traz um enredo intrincado, refletindo a complexidade das personagens Elizabeth e Mr. Darcy, e destaca que é por manter uma distância crítica tanto do ideal feminino quanto do próprio Darcy que a moça por fim consegue encantá-lo (2000, p. 52). Nesse sentido, talvez a personagem Elizabeth Bennet seja uma

¹⁴“‘Deve possuir tudo isso’, acrescentou Darcy, ‘e a tudo isso deve acrescentar algo mais substancial, o aperfeiçoamento de suas qualidades intelectuais por meio de muita leitura.’” (OP, 2011, p. 144).

¹⁵“‘Você prefere ler a jogar cartas?’, comentou ele; ‘Isso é deveras peculiar.’

‘A senhoria Eliza Bennet’, disse a senhorita Bingley, ‘despreza o baralho. Ela é uma grande leitora e não sente prazer em mais nada.’

‘Não mereço nem o elogio nem a censura’, exclamou Elizabeth; ‘Não sou uma grande leitora, e sinto prazer em muitas coisas’” (OP, 2011, p. 142).

representante do distanciamento inerente entre “norma” e “realidade” defendido por Judith Butler diante da normatização do gênero.

Sendo o contrário do que deveria ser, Elizabeth ignora justamente o que Mello e Souza (1987) explica ter sido uma preocupação feminina da época, a de que a mulher não deveria ter conversas ou interesses que demonstrassem o seu cérebro:

Enquanto ao companheiro a sociedade permitia a realização integral da individualidade na profissão, nas ciências ou nas artes, a ela negava interesses de outro tipo além dos ligados à casa, aos filhos e a sua pessoa. Era como se não tivesse um cérebro, como se o exercício da inteligência tornasse duros os seus traços e lhe empanasse o brilho da virtude. (MELLO E SOUZA, 1987, p. 99).

Talvez seja por isso, inclusive, que a personagem se defende da acusação de inteligência dizendo: *I deserve neither praise nor such censure [...] I am not a great reader, and I have pleasure in many things.* Ironicamente, porém, é a própria questão da inteligência que Susan Morgan aponta como um dos temas principais de *Orgulho e preconceito*, dizendo que o maior estudo de Jane Austen sobre as relações entre inteligência e liberdade está “disfarçado” de uma história de amor, “and of a sort which she delighted in characterizing as ‘rather too light, too bright and sparkling’”¹⁶ (1975, p. 56). Para enfatizar seu argumento, a autora destaca ainda que:

Elizabeth believes that understanding, intelligence, perception, depend on being independent of their objects, and she wants most powerfully to be an intelligent observer of her world. That urge explains much of her continuing appeal and is the single most important force in her story.¹⁷ (MORGAN, 1975, p. 57).

Seguindo os pressupostos da argumentação de Morgan, é interessante notar alguns aspectos estruturais do uso da palavra “inteligência”

¹⁶“e de uma espécie que ela se encanta em caracterizar como ‘um pouco leve, clara e brilhante demais’” (MORGAN, 1975, p. 56 — tradução livre).

¹⁷“Elizabeth acredita que compreensão, inteligência, percepção, dependem de serem independentes de seus objetos, e ela quer energicamente ser uma observadora inteligente de seu mundo. Esse impulso explica muito de seu apelo contínuo e é a força mais importante na sua história” (MORGAN, 1975, p. 57 — tradução livre).

ao longo do enredo. *Intelligence* aparece dezenove vezes na história, mas adquire quase sempre o sentido de “informação”, “notícia” e variantes — apenas duas vezes *intelligence* pode de fato ser traduzida como “inteligência”; e em ambas serve para caracterizar positivamente os Gardiner. Além disso, *intelligent* aparece quatro vezes: Miss Lucas era “a sensible, intelligent young woman”; Mrs. Gardiner é apresentada como “an amiable, intelligent, elegant woman”; Mrs. Reynolds, a governanta de Pemberley, é vista como “an intelligent servant”; e, por fim, Elizabeth é vista como *intelligent* por Mr. Darcy.

Que a palavra tenha sido usada com tanta parcimônia na descrição das personagens, e que “inteligência” adquira o sentido de intelecto apenas duas vezes, faz com que percebamos que Mr. Darcy não estava errado em apontar para *the improvement of her mind* como um fator de distinção. Talvez Elizabeth concorde com ele, pois responde a essa afirmação da seguinte forma:

"I am no longer surprised at your knowing only six accomplished women. I rather wonder now at your knowing any."

"Are you so severe upon your own sex as to doubt the possibility of all this?"

"I never saw such a woman. I never saw such capacity, and taste, and application, and elegance, as you describe united."
(PP, 2010, p. 74-75).¹⁸

De fato, vimos como Judith Butler explicou que a idealização do gênero sempre se distancia de suas concretizações, e dificilmente alguém conseguiria cumprir todas as exigências da norma — exigências estas situadas num patamar inalcançável, talhado usualmente como instrumento coercitivo. Então o que Elizabeth claramente faz com sua afirmação de que nunca viu uma mulher tão completa é lembrar a Mr. Darcy de que ele está sendo irrealista na sua definição de moças prendadas.

A admiração de Mr. Darcy, porém, fugirá da complexidade da definição que ele mesmo propôs, e irá se concentrar apenas na característica levantada como diferenciadora. Tendo inicialmente ofendido Elizabeth ao

¹⁸“Já não me surpreende que conheça apenas seis mulheres prendadas. Chego a duvidar que você conheça uma única.”

“Você é assim tão severa com o próprio sexo a ponto de duvidar da possibilidade de tudo isso?”

“Nunca vi uma mulher assim, nunca vi tamanha capacidade, fineza, dedicação e elegância, como você descreve, reunidas em uma só pessoa.” (OP, 2011, p. 144).

dizer que “[s]he is tolerable; but not handsome enough to tempt me” (PP, 2010, p. 40)¹⁹, Mr. Darcy irá mudar de opinião, e a narradora explica o processo:

[...] Mr. Darcy had at first scarcely allowed her to be pretty; he had looked at her without admiration at the ball; and when they next met, he looked at her only to criticise. But no sooner had he made it clear to himself and his friends that she hardly had a good feature in her face, than he began to find it was rendered uncommonly intelligent by the beautiful expression of her dark eyes. To this discovery succeeded some others equally mortifying. (PP, 2010, p. 56-57).²⁰

Assim, a palavra *intelligent* aparece na primeira descrição positiva de Mr. Darcy sobre Elizabeth: *he began to find it was rendered uncommonly intelligent by the beautiful expression of her dark eyes* — e é a partir da identificação da inteligência que surgem outras constatações igualmente positivas. De acordo com Hardy (1984, p. 40), a bela expressão dos olhos de Elizabeth significa menos para Darcy do que a inteligência contida neles; na conversa entre as duas personagens, o leitor pode muito bem perceber o quanto a vivacidade de Elizabeth cativa Darcy, tornando-a muito mais atraente e interessante para ele do que ela seria se seguisse a lista de prendas elencada por Caroline Bingley.

De qualquer forma, é por essa representação da inteligência feminina em Elizabeth que Austen se aproxima mais claramente do debate sobre a questão da razão e, conseqüentemente, de sua importância para a situação das mulheres: segundo Margaret Kirkham, a inteligência feminina era o assunto em discussão pelo discurso feminista da época de Austen. O “*Enlightenment feminism*”, que é como ela chama o movimento, estava ocupado em colocar a mulher no mesmo patamar de “criaturas racionais” e “criaturas morais” ocupado pelos homens, sendo que, para Kirkham, enquanto Catherine Macaulay e Mary Wollstonecraft defendiam essas ideias mais veementemente, Austen se torna o “expoente” do *Enlightenment feminism* na ficção (KIRKHAM, 1983 apud BUTLER, 1990, p. XXII).

¹⁹“É razoável; mas não é bonita o bastante para me tentar.” (OP, 2011, p. 113).

²⁰“O senhor Darcy a princípio sequer admitira que fosse bonita; olhara sem nenhuma admiração para ela no baile; e, quando se encontraram depois, fez-lhe apenas críticas. Mas, assim que admitiu claramente para si mesmo e seus amigos que ela não tinha um traço de beleza no rosto, começou a perceber que se tornava um rosto extraordinariamente inteligente, pela bela expressão de seus olhos escuros. A tal descoberta seguiram-se outras igualmente mortificantes” (OP, 2011, p. 126-127).

As personagens de Austen, portanto, embora não se entendam como feministas, talvez possam exemplificar uma das primeiras reivindicações femininas na Europa (se não no mundo), na defesa de que as mulheres têm a mesma natureza moral dos homens, devendo receber o mesmo *status* moral e a mesma responsabilidade por sua conduta (KIRKHAM, 1983 apud BUTLER, 1990, p. XXII). Esse é um movimento essencial dentro do romance, pois enquanto Jane Austen aproxima Elizabeth da inteligência “masculinizada”, da mesma maneira que romancistas conservadores fariam em intenção de censura, cada uma das demonstrações da razão serve apenas para aproximar a heroína do herói.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira descrição que temos das irmãs Bennet, feita pelo pai delas logo no início da obra, mimetiza a comparação que vai nortear todo o desenrolar da narrativa — e talvez já indique o fato de que o cumprimento da norma pela norma (algo impossível de se concretizar) não basta para desenhar uma identidade perfeita: “They have none of them much to recommend them” [...]; “they are all silly and ignorant like other girls; but Lizzy has something more of quickness than her sisters” (PP, 2010, p. 32).²¹

Logo no primeiro capítulo vemos, portanto, o *all* em contraposição a Lizzy. E temos o *quickness* da personagem exposto contra a caracterização de todas as outras como *silly* e *ignorant*.

Essa vivacidade, esse sinal de inteligência e de autonomia, serve como um parâmetro a partir do qual Jane Austen vai mapear o jogo de relações de sua época. Infringir algumas regras pode fornecer balizas para a demonstração de um sistema inadequado, que faz do jugo e da coação das mulheres um elemento de violência rotineira, naturalizada. Por um lado, o diagnóstico sobre a história social vai sendo sedimentado nas armadilhas e nos labirintos aos quais as personagens estão submetidas. Por outro, quando rompem algumas das normas, como no caso específico de Elizabeth, as personagens deixam entrever pequenas brechas que podem indicar caminhos de libertação. Algo que é ao mesmo tempo um achado de maestria estética e um vislumbre de esperança emancipadora.

²¹“Elas não têm nada que as recomende [...]. São tolas e ignorantes como todas as meninas; mas Lizzy é mais sagaz que as irmãs”. (OP, 2011, p. 6)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTEN, Jane. *Orgulho e preconceito*. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2011.

_____. *Pride and prejudice: an annotated edition*. Editado por Patricia Meyer Spacks. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2010.

BROWNSTEIN, Rachel M. Northanger Abbey, Sense and Sensibility, Pride and Prejudice. In: *The Cambridge companion to Jane Austen*. Editado por Edward Copeland e Juliet McMaster. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BUTLER, Judith. Gender Regulations. In: *Undoing Gender*, New York, London, Routledge, 2004.

BUTLER, Marilyn. *Jane Austen and the war of ideas*. Oxford : Clarendon Press, 1990.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v.1 – a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HARDY, John. *Jane Austen's Heroines: intimacy in human relationships*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984.

HORWITZ, Barbara J. *Jane Austen and the question of women's education*. New York, N.Y.: P. Lang, 1991.

IRVINE, Robert P. *Jane Austen*. London: Routledge, 2005.

KIRKHAM, Margaret. *Jane Austen: feminism and fiction*. London: The Athlone Press, 1997.

MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MORGAN, Susan. Intelligence in Pride and prejudice. *Modern Philology*, s/d, v. 73, n. 1, p. 54-68, ago. 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>.

RUBIN, Gayle. El Tráfico de Mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Nueva Antropología*, México, v. VIII, n. 30, 1986. (original em inglês, há tradução para o português não publicada)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), p. 5-22, jul-dez 1990.

STOLCKE, Verena: O enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, 14(1), p. 15-41, jan-abr, 2006.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication of the rights of woman: with strictures on political and moral subjects*. 1792. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/cache/epub/3420/pg3420-images.html>>.

Data de recebimento: 30 dez 2018

Data de aprovação: 10 maio 2019